



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34

**Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF**  
**Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**  
**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**17 de Agosto de 2022**

No décimo sétimo dia do mês de Agosto de 2022, em 1ª chamada (início as 09h00) o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR se reuniu na sala de reunião do 1º andar, ala “D” do Palácio das Araucárias, sito à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná, através de *link* do meet, <https://meet.google.com/ogw-vczf-hqx>. **Participação dos seguintes conselheiros (as): Presença dos conselheiros da SC: Vice-presidente:** Adriano Roberto dos Santos (Cavanis), Rodrigo Silva Bonfim e (HPP), Gabriel de Franco Rocha (suplente - HPP), Maíra Tavares de Oliveira (AFECE), Marcelo Souza (ACRIDAS), Isabella Menon (Canãa), Débora Cristina dos Reis (APC), Renann Ferreira (Guarda Mirim), Amanda Querino dos Santos (APAE), Alexandra Alves José (EPESMEL), Nadir Aparecida Silva (AAMEC), Ires Damian (Ledi Mass) e Maria Tereza Chaves (APOFILAB). **Presença dos conselheiros governamentais: Presidente:** Juliana Muller Sabbag (DPCA/SEJUF), Antônio Carlos Dourado (Paraná Esporte), Desirré Barbosa Santiago (CASA CIVIL), Amália Regina Donegá (SETI), Juliany Souza dos Santos (SEJUF/DPCA), Denise Masson (suplente – SEJUF/DPCA), Christianne Lunardelli (SEEC), Lídia Ivone Ribas (SEJUF/DEASE), e Rosineide Frez (SEED), Renata Mareziuzek (SEJUF/DAS) e Ticyana Begnini (suplente –SEJUF/DAS), Fernanda Crosewski (SESA), Eliete Aparecida Kovalhuk (SESP) e Lenise Rosseto da Silva (SEPL). **Apoios técnicos, convidados, colaboradores e assessores:** Viviane da Paz (SEJUF/GOFS), Juliana Muller (SEC), Danielle Tuoto (MP/PR) e Bruna Saraiva (OAB). **Abertura:** A presidente, Juliana Sabbag (DPCA/SEJUF) e o vice-presidente, Adriano Roberto dos Santos (CAVANIS) deram boas vindas e fizeram a abertura da reunião com a aprovação da pauta única referente ao remanejamento do saldo do FIA livre. Inicialmente foi realizada, por Viviane da Paz, descrição dos fundos que compõem o saldo do FIA livre levando em consideração as linhas estratégicas do OCA (Orçamento Criança e Adolescente). Em seguida, Denise Xavier Masson, do DPCA/DAS, com apoio do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, expôs material identificando, dentre as propostas que vieram das conferências de

35 2020 e dos eixos do plano decenal, aquelas que já tiveram seus recursos liberados.  
36 Sendo um pedido do Conselho após o relatório do plano de metas decenal de 2021,  
37 tal análise foi apresentada no dia seguinte na Câmara de Políticas Públicas. Para  
38 produção do estudo, o instrumental geral se construiu a partir da planilha com  
39 propostas da conferência, análise das ações do plano decenal e seus responsáveis,  
40 informações da deliberação nº 05/2022 do eixo dos objetivos do OCA e, por fim, as  
41 deliberações que destinam recursos do FIA livre, com suas as linhas de ações,  
42 numeração e valores. Foi, então, elaborada pelo DPCA da SEJUF, síntese com  
43 produção de relatório comparativo e descritivo sobre as análises realizadas da  
44 proposta da X Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente,  
45 realizada em 2020. Foram identificadas algumas propostas que se repetem entre os  
46 eixos, outras não estão nos eixos adequados e outras são muito amplas, abrangendo  
47 muitas ações e metas distintas, além de temas muito variados em uma mesma  
48 proposta. Ao todo são 25 propostas, divididas em 5 eixos, que não fazem interface  
49 direta com os eixos do plano decenal (6 eixos). Realizou-se, também, busca no plano  
50 de ação 2021/2023 por objetivos que se relacionem direta ou indiretamente às metas  
51 da X Conferência. A partir daí, foi possível analisar as últimas deliberações do CEDCA  
52 sobre remanejamento do saldo do FIA livre para identificar quais, dentre aquelas  
53 propostas, estão sendo contempladas. Concluiu-se, de forma preliminar, que quanto  
54 às deliberações do CEDCA, não houve uma estruturação padrão, sendo que algumas  
55 possuem eixo, objetivo, linha de ação e valor, enquanto outras trazem apenas  
56 informações ínfimas, o que dificultou a análise dos dados. Tal resultado revela a  
57 necessidade de readequação das próximas deliberações a um padrão. Contudo, a  
58 maioria das ações previstas na X Conferência Estadual dos Direito da Criança e do  
59 Adolescente, além de todas as deliberações do Conselho analisadas, estão alinhadas  
60 ao plano de ação 2021/2023 do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do  
61 Adolescente. Em seguida, dentro da proposta metodológica para andamento da  
62 reunião, a conselheira suplente representante da SEJUF, Carmen Zadra, apresentou  
63 um material elaborado para uso dos escritórios regionais, sendo esse um  
64 levantamento da execução das propostas municipais já contempladas pelo repasse  
65 fundo a fundo. Esse trabalho teve como foco oito deliberações do Conselho vinculadas  
66 exclusivamente ao DPCA. Foram identificadas três deliberações que já contam com  
67 mais de 50% de saldo e três municípios com saldo superior a 100%. Dentre os  
68 possíveis motivos para tal acúmulo estão: período muito longo entre deliberações e  
69 repasses (ex: deliberações de 2017 com repasse apenas em 2021), rotatividade do

70 RH, impossibilidade de alteração do plano de ação por parte do município devido à  
71 inflexibilidade das deliberações. Foram citados alguns dos benefícios do repasse  
72 financeiro fundo a fundo, como agilidade na transferência, priorização das ações,  
73 projetos e programas previstos no plano decenal, possibilidade de atendimento às  
74 demandas emergenciais, descentralização e autonomia da execução, além da  
75 importante perspectiva de realização, por parte do gestor municipal, avaliar a melhor  
76 forma de usar o recurso, dentro das normativas, podendo inclusive somá-lo a recursos  
77 destinados ao fortalecimento da rede de apoio e às necessidades específicas de cada  
78 território, outrossim, maior adesão e aproximação dos municípios à Política Estadual  
79 da Criança e do Adolescente, quando em comparação aos convênios realizados  
80 anteriormente. Aos escritórios regionais foram solicitados esclarecimentos sobre os  
81 saldos acumulados e estratégias de ação. Os E.R. justificaram que a maioria dos  
82 municípios esbarra nos processos licitatórios e sugerem que o sistema (Sistema de  
83 Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo - SIFF) seja  
84 aprimorado, envolvendo trâmites mais simples e objetivos. As funções do Conselho  
85 consistem no acompanhamento técnico, fornecimento de elementos para execução de  
86 um serviço com qualidade e tradução das deliberações numa prática efetiva de  
87 atendimento à criança e ao adolescente, no entanto, o órgão passa muito tempo  
88 voltado ao processo de repasse de recursos e prestação de contas, deixando de  
89 cumprir essas funções integralmente. A técnica sugere usar de estratégias como  
90 contratação de consultorias que deem suporte ao Conselho; implementar sistemas  
91 inteligentes como, por exemplo, o *PMDCA web*, em que é possível acessar os planos  
92 municipais de forma descomplicada, facilitando a emissão do Atestado de  
93 Regularidade do Conselho, Plano e Fundo, hoje produzido de forma manual; produzir  
94 deliberações de prorrogação de prazo objetivas e taxativas quanto ao prazo final para  
95 execução dos recursos; promover oficina com representantes dos escritórios regionais  
96 para discutir a realidade dos municípios de pequeno porte, além de sua participação  
97 nas deliberações para que as especificidades de tais municípios possam ter suas  
98 demandas contempladas com mais efetividade; reavaliar no que tange às deliberações  
99 atuais, a ampliação da possibilidade de execução dos saldos dos recursos. Carmen  
100 aponta a importância do trabalho realizado por Denise e o Ayslan toda a equipe da  
101 SEJUF na produção das informações supracitadas, que possibilitam o alinhamento do  
102 planejamento técnico e orçamentário sob égide dos normativos, o que deve garantir  
103 mais competência no atendimento às crianças e adolescentes. A contribuição seguinte  
104 veio da conselheira Débora Cristina dos Reis Costa (APC), Débora ressaltou que a

105 Sociedade Civil Organizada, em contrapartida, levou em consideração a aproximação  
106 do fim do ano e, portanto, a viabilidade de execução dos planos em 2022, para  
107 elaboração da sua própria proposta metodológica. Para a representante da APC, o  
108 CEDCA vem negligenciado os CMDCA's, visto que o município é órgão executor e,  
109 portanto, os Conselhos Municipais, órgãos deliberadores, devem ser fortalecidos,  
110 responsabilizados, munidos de mais participação e, assim, de mais propriedade e  
111 autonomia para assessorar e cobrar o poder executivo. Subsequente, a conselheira  
112 questionou a vantagem do repasse fundo a fundo sobre o antigo repasse convenial,  
113 alegando que o principal motivo da alteração de um para outro, o encurtamento do  
114 tempo entre deliberação e execução, não está sendo concretizado. Apesar de  
115 reconhecer que o fundo a fundo amplia o acesso dos municípios aos recursos do FIA,  
116 alegou que o tempo de execução das ações é igual ou maior ao que ocorria nos  
117 repasses por convênio e propôs reavaliação articulada com todos os membros  
118 envolvidos a respeito da real contribuição do mecanismo fundo a fundo na promoção  
119 da Política da Criança e Adolescente. No que diz respeito à colocação da conselheira  
120 suplente Carmen Zadra sobre o trabalho manual envolvido no SIFF, Débora reitera a  
121 importância da qualificação do sistema para que o tratamento de dados não onere  
122 tanto a equipe da SEJUF. A Dra. Danielle Tuoto (MP/PR) endossou o levantamento de  
123 dados realizado pela SEJUF e reiterou a importância de todos os conselheiros  
124 estudarem e depurarem tais informações, identificando situações em que os  
125 municípios pedem prorrogação dos prazos e demandam recurso sem ter executado  
126 propostas prévias já contempladas pelo repasse, assim somando qualidade às  
127 deliberações do CEDCA. Reforçou, ainda, que o Conselho Estadual deve se  
128 aproximar dos Conselhos Municipais, qualificando seu trabalho e, dessa forma,  
129 cobrando suas devidas atuações perante o poder público. Em contrapartida, Danielle  
130 criticou o fato de que apenas dois servidores foram responsabilizados pela ação  
131 previamente elogiada, o que, dentro de uma Secretaria tão grande, desmoraliza as  
132 próprias críticas realizadas aos Conselhos Municipais e evidencia a falta de estrutura  
133 do aparato estatal. Em suma, a representante do MP/PR sugeriu maior rigor nos  
134 critérios para as deliberações perante o grande montante de saldos acumulados em  
135 alguns municípios e concessões de prorrogações de prazos de mais de 10 anos. Em  
136 seguida, a chefe do DPCA, Juliany Souza Santos falou sobre abrangência atingida no  
137 atendimento aos municípios desde a implementação do repasse fundo a fundo e sobre  
138 o constante desafio que é operacionalizar a gestão, o sistema, principalmente  
139 qualificar a execução. Há municípios que perdem seus planos na mudança de gestão,

140 pois não tem um sistema que consiga preservar esses dados, é preciso discutir com  
141 todos os gestores sobre sistemas que possibilitem o município preservar seu plano,  
142 para que possa ser dada continuidade aos projetos da gestão municipal anterior, mas  
143 é um processo lento. Os atuais estão há anos sendo aprimorados, inclusive o SIFF e o  
144 SISTAG. Em sua fala, respondendo às questões trazidas por Débora, a conselheira  
145 Renata Mareziuzek - SEJUF acrescentou que já houve, no ano passado, a  
146 identificação dos municípios com saldos altos e deliberações não executadas, e a  
147 priorização dos que conseguiram fazer execução da última deliberação. O conselheiro  
148 Renann Ferreira da Guarda Mirim de Foz do Iguaçu reforçou a necessidade da  
149 fiscalização dos Conselhos Municipais e a necessidade de responsabilizar os  
150 municípios sem execuções de orçamento. A conselheira Alexandra Alves José -  
151 Instituto Leonardo Murialdo ressaltou é necessário esquematizar uma forma que os  
152 Conselhos Municipais sejam imprescindíveis em todas as etapas dessa discussão,  
153 desde o aceite até a execução. O Diretor Geral da SEJUF, Márcio Marcolino, também  
154 vê o repasse fundo a fundo como a melhor forma em comparação com o repasse  
155 convenial. O problema é como o recurso chega engessado com muitos entraves. Ele  
156 sugere que o modelo da saúde que é o repasse de custeio e investimento daria maior  
157 flexibilidade dentro do plano de aplicação, além da imprescindível fiscalização do  
158 conselho e, ainda, pondera sobre a prestação de contas passar a ser anual. Para o  
159 conselheiro, Rodrigo Silva Bonfim (Hospital Pequeno Príncipe), o fortalecimento da  
160 Política está no fortalecimento dos CMDCA e dos escritórios regionais. Se esse canal  
161 está prejudicado é necessário rever, junto ao Estado, melhores estratégias de  
162 comunicação. Acrescentou que o enrijecimento do sistema ou mais regras pode ajudar  
163 com que a criança seja mais bem atendida, mas outras soluções também devem ser  
164 pensadas pelo CEDCA. A conselheira Nadir Aparecida Silva da Associação Amor e  
165 Cuidados - AAMEC elogiou o repasse fundo a fundo e reforçou a necessidade da  
166 comunicação ativa com os E.R. Também denunciou que na sua regional, Campo  
167 Mourão, não tem assistente social e nem psicólogo há mais de dois anos. Em  
168 resposta, a presidente, Juliana Sabbag (SEJUF/DPCA) apontou que irá se aprofundar  
169 no problema e analisar o que pode ser feito. Julianny Santos acrescentou que há muitos  
170 municípios executando um maior volume de propostas do que o contrário. Reiterou  
171 que não há apenas duas pessoas à disposição para esse levantamento de dados, que  
172 é tão importante e, também, que há o envolvimento com os escritórios, os orientando  
173 para criação de indicadores para execução, para a evolução do atendimento para  
174 criança e para o adolescente, além de estratégias para a aproximação como

175 videoconferências a cada nova estratégia para direcionar a política e reforçar as  
176 prioridades. Débora pontuou que quando o recurso chega no município, a política da  
177 criança e do adolescente perpassa com frequência a assistência social, assim, é  
178 necessário se pensar, dentro do atendimento à criança e o adolescente, num recurso  
179 fundo a fundo que vá para a saúde e esporte, por exemplo, e para isso, diálogos  
180 constantes são necessários. Juliana Sabbag ressaltou que no último levantamento  
181 tentou-se fazer o exercício de casar, as questões do plano decenal, do que já havia de  
182 repasse do fundo a fundo, e o edital geral, já que este Conselho está conseguindo  
183 formalizar e efetivar os pagamentos durante o período eleitoral, o que é uma conquista  
184 significativa nessa gestão. A Presidente ainda falou sobre o eixo de comunidades  
185 tradicionais de atendimento a quilombolas e indígenas, comunidades ciganas e a  
186 solicitação de repasse de recursos para as casas de população indígena, sendo que o  
187 objetivo das apresentações supracitadas fundamentam as propostas que  
188 seguirão. Juliany Santos apresentou de forma geral a proposta da SEJUF em relação  
189 às ações que seguem: indicação para o programa Liberdade Cidadã, medidas  
190 socioeducativas em meio aberto; segurança alimentar; casa de passagem com  
191 direcionamento para a pessoa indígena; parques acessíveis; departamento  
192 socioeducativo; Arte em Ação; linha Aproximando Famílias; Recomeça Paraná e  
193 programa Nossa Gente. Todas as ações requerem, no total, um montante de R\$  
194 46.870.000,00. Juliany propôs que fosse feita uma agenda de discussão, para que a  
195 cada reunião sejam discutidas propostas dentro de um tema específico. Em seguida, o  
196 vice-presidente, Adriano Roberto dos Santos (Ass. Cavanis) apresentou a proposta  
197 resultante do exercício da sociedade civil para o remanejamento do saldo do FIA: dos  
198 R\$ 69.244.199,48, os conselheiros propõe a divisão por eixos: Ao eixo 1, direito à vida  
199 e saúde, destinam-se 20% do valor acima; ao eixo 2, direito à liberdade, respeito e  
200 dignidade, destinam-se, 15%; ao eixo 3, direito à convivência familiar e comunitária,  
201 destinam-se 20% do valor; ao eixo 4, direito à educação, cultura, esporte e lazer,  
202 também, 20%; ao eixo 5, direito à profissionalização e apropriação do trabalho, 10% e  
203 ao eixo 6, fortalecimento das estruturas do sistema de garantia dos direitos da criança  
204 e do adolescente, 15% do total de R\$ 69.244.199,48. Juliana Sabbag apontou a  
205 necessidade de uma leitura ampliada do exercício realizado pela sociedade civil,  
206 apontando algumas linhas que já foram contempladas nas deliberações do CEDCA.  
207 Também citou a importância de se pensar na política de uma forma ampliada. Sobre  
208 os apontamentos da sociedade civil acerca do tempo decorrido entre a deliberação e a  
209 liberação do recurso, a presidente exemplificou que nas resoluções 84 e 89 de 2019,

210 as aprovações ocorreram no mês de outubro e o pagamento ocorreu em dezembro.  
211 Sobre a capacidade de execução, ela garantiu que o foco está nas propostas  
212 passíveis de serem executadas em 2022, mas explicou que algumas propostas com  
213 execução para 2023 precisam ser deliberadas ainda este ano, já que os processos  
214 licitatórios necessitam da disponibilização do recurso. As deliberações do DEASE  
215 exemplificam esta situação. Juliany Santos adicionou ao debate a possibilidade de  
216 consultoria para os municípios, seja através do PNUD, seja com outra instituição que  
217 tenha expertise na implementação de políticas prioritárias da primeira infância. Citou  
218 também que alguns dos valores que foram divididos pela proposta da sociedade civil  
219 não têm impacto na execução no município. Em seguida, sugeriu um tempo para a  
220 sociedade civil, caso houvesse necessidade, se reunir para discussão interna. O  
221 conselheiro Rodrigo, então, questionou se, da forma que a SEJUF organizou as  
222 propostas, seria possível que o conselho mensurasse as divisões percentuais, sendo  
223 que algumas propostas se fundamentam em eixos e outras são organizadas por  
224 departamento. Juliany enfatizou que há ocorrências de municípios que têm recursos  
225 deliberados, mas não apresentam demanda para a execução, por isso é importante  
226 diferenciar a situação citada acima, isolada, de uma falha na gestão municipal como  
227 um todo, e que tais circunstâncias não deveriam influenciar deliberações que  
228 contemplem outras áreas. Fechando a reunião, Carmen ressaltou que a análise do  
229 fundo a fundo apresentada no início da reunião não teve o propósito de fomentar uma  
230 visão negativa em relação a repasse, ou dizer que não há propostas ou condições de  
231 capacidade técnica para enfrentar a situação atual, muito pelo contrário. Inclusive,  
232 argumentou que os próprios conselheiros da sociedade civil sinalizaram várias  
233 questões, como: não pulverizar recursos, mas concentrá-los, não diversificar as  
234 deliberações do conselho e incentivar a participação de representantes dos escritórios  
235 regionais. Sugeriu que se considere o momento pós-pandemia e conceda a condição  
236 de justificativas do município, com recursos mais flexíveis dentro da perspectiva de  
237 aporte financeiro. Acrescentou, ainda, que a falta de articulação da Política Destinada  
238 ao Atendimento de Crianças e Adolescentes com as Políticas Setoriais prolonga o  
239 atendimento dos CREAS à pessoa vítima de violação de direitos, que passa até dois  
240 anos em atendimento. Isso exige capacitação técnica e maior abertura na parte  
241 financeira. No retorno, a presidente abriu a segunda parte da reunião questionando  
242 qual seria a metodologia para a discussão das duas planilhas. Juliany propôs que  
243 fossem revistas às planilhas trazidas pela SEJUF por departamento e se explicasse o  
244 motivo das priorizações. O conselheiro Rodrigo Bonfim (HPP) requereu o

245 esclarecimento sobre o total financeiro por departamentos, uma vez que a planilha foi  
246 apresentada com saldo do FIA livre aliado a outros recursos previstos, devido ao saldo  
247 ser de R\$69.000.000 e a proposta de R\$46.000.000. Juliana Sabbag explicou que ao  
248 invés de se produzir duas planilhas, uma com indicação das prioridades  
249 governamentais, outra com as prioridades não governamentais, se produzisse apenas  
250 uma, como no sistema antigo, para que se fizesse a deliberação de forma coletiva e  
251 não partindo de prioridades por segmento. Isso posto, acrescentou que se realize uma  
252 análise das deliberações 58/21 e a 6 e 14 de 2022 para que seja avaliada a  
253 necessidade de aporte de recurso, uma vez que já houve liberação de subsídios para  
254 as mesmas finalidades. As prioridades são, normalmente, vinculadas ao eixo 2:  
255 liberdade, respeito e dignidade, às ações que dizem respeito ao atendimento de  
256 medida socioeducativa. A SEJUF tem propostas neste âmbito, tanto do departamento  
257 de assistência social, no que se refere ao meio aberto, como na planilha do DEASE,  
258 no tocante à restrição e privação de liberdade. Tendo em vista a capacidade de  
259 execução, o potencial das equipes técnicas, do financeiro, do administrativo e os  
260 convênios, a SEJUF entendeu que a prioridade do departamento, para que seja viável  
261 uma proposta para execução em 2022, são as medidas socioeducativas em meio  
262 aberto. Devido à pandemia e ao momento pós-pandêmico, houve alguns retrocessos  
263 nos municípios que precisam de capacitação e acompanhamento. Através de  
264 identificação de provisão de R\$6.000.000 para esta finalidade identificada na  
265 deliberação 58 de 2021, ainda que não se destine a todos os municípios, o repasse  
266 mínimo para esse atendimento às crianças e aos adolescentes requer o mínimo de  
267 R\$15.000.000. Na deliberação 14/22, a reserva era de R\$5.000.000 para serviço de  
268 convivência e fortalecimento de vínculos executado pelo departamento de assistência  
269 social. Todas as propostas advindas da sociedade civil, tanto no serviço de  
270 convivência e fortalecimento de vínculos, quanto para um contraturno estão aportadas  
271 no recurso de R\$26.000.000,00. Dessa forma, a proposta é o remanejamento desse  
272 recurso, somando-o aos R\$6.000.000,00 da deliberação 58/21, aos R\$11.000,00 e  
273 ainda, a um aporte de R\$4.000.000,00 do saldo de R\$69.000.000,00 para que se  
274 chegue ao montante entendido como o mínimo necessário, esse sendo um valor de  
275 R\$15.000.000,00. A planilha apresentada pela sociedade civil sugere um aporte de  
276 R\$3.462.180,56 para ações de medidas socioeducativas em meio aberto,  
277 equiparando-se ao valor sugerido pelo governo. Por óbvio, deve-se discutir o  
278 remanejamento do recurso previsto para os serviços de convivência. Juliana Sabbag  
279 reitera que o exercício da SEJUF não chega aos R\$69.000.000,00, mas à

280 R\$46.000.000,00, possibilitando propostas, inclusive da sociedade civil, dentro desse  
281 remanejamento. Juliana Sabbag seguiu apresentando as solicitações de aporte da  
282 SEJUF. Graças ao acompanhamento das famílias em extrema vulnerabilidade pelo  
283 departamento de assistência social e pelo programa Nossa Gente, mostrou-se  
284 necessário o programa de transferência de renda para tais famílias, tendo esse um  
285 aporte cofinanciado com recursos do FIA, FEAS e BID. Para o apoio de segurança  
286 alimentar às famílias que têm crianças e adolescentes, a solicitação da SEJUF do FIA  
287 livre é de R\$31.250.000. Outras propostas contemplaram os projetos Parque  
288 Acessível, Liberdade Cidadã; novo contrato do Arte em Ação, com aporte de  
289 R\$3.000.920,00; R\$280.000,00 de suplementação do projeto em vigor para manter o  
290 funcionamento do programa; solicitação de aporte de saldo livre em R\$1.000.060,00  
291 tratando-se de repasse fundo a fundo para ações da primeira infância e, por fim, o  
292 DEASE solicita recursos para não interrupção do programa Aproximando Famílias, em  
293 que custeia passagens rodoviárias e dentro do município para visitas de familiares aos  
294 adolescentes internados A Secretaria pede ao conselho, ainda, reserva de recurso de  
295 R\$2.000.900,000 por meio de licitação para novo projeto e reitera a necessidade da  
296 liberação de recursos para os procedimentos licitatórios. Dentre o montante de  
297 R\$69.000.000,00, é requerido, para tais ações, um total de R\$ 46.000.460,00.Em  
298 seguida, a conselheira Renata Mareziuzek (DAS/ SEJUF)) trouxe a situação do  
299 benefício virtual e da Casa de Passagem Indígena (pauta permanente no CEDCA)  
300 expressando a necessidade de aporte para as crianças indígenas, em proposta que  
301 não prevê remanejamento do FIA, mas a inserção da proposta dentro da deliberação  
302 já existente. No que se seguiu, o vice-presidente, Adriano Roberto dos Santos,  
303 conforme dispõe o art. 19 do Regimento Interno pediu vistas do processo para que  
304 pudesse analisá-lo junto a sociedade civil e retornar na próxima reunião. A decisão foi  
305 reforçada pelo conselheiro Renann que alegou disparidade de informações disponíveis  
306 à ala governamental e à sociedade civil, ficando como reflexão que se o material  
307 tivesse sido disponibilizado com antecedência o entendimento poderia ter ficado mais  
308 claro. Reunião encerrada tendo como encaminhamento a continuação da análise da  
309 pauta na Reunião Extraordinária agendada para o dia 14 de Setembro de 2022. A  
310 presente ate foi redigida pela estagiaria de Serviço Social, Roberta Maria Silveira  
311 Nasser, e após a aprovação será publicada no Dioe e disponibilizada no site do  
312 CEDCA/PR.

313